

## CRITÉRIOS, MOTIVAÇÕES E IMPORTÂNCIA DO TRABALHO PARA JOVENS NEGROS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DE SÃO JOÃO DE MERITI/RJ<sup>1</sup>

Cintia Lopes de Melo Rodrigues<sup>2</sup>  
Carlos Soares Barbosa<sup>3</sup>

### Resumo

O objetivo deste texto é identificar a importância do trabalho, os critérios e motivações que os jovens negros, concluintes do Ensino Médio da escola pública, estabelecem para sua inserção laboral. Trata-se de pesquisa empírica em andamento, de abordagem qualitativa, fundamentada no método do materialismo histórico-dialético, com uso de entrevistas semiestruturadas. Os resultados indicam que independência financeira e necessidade de ajudar a família são as principais motivações, enquanto a carga horária reduzida e remuneração justa são critérios fundamentais para a escolha do trabalho.

**Palavra-chave:** Jovens negros; Trabalho; Raça e classe.

### CRITERIOS, MOTIVACIONES E IMPORTANCIA DEL TRABAJO PARA LOS JÓVENES NEGROS ESTUDIANTES DE ENSEÑANZA MEDIA EN SÃO JOÃO DE MERITI/RJ

### Resumen

El objetivo de este texto es identificar la importancia del trabajo y los criterios y motivaciones que los jóvenes negros egresados de escuelas públicas tienen para ingresar al mercado laboral. Se trata de una investigación empírica en curso con enfoque cualitativo, basada en el método del materialismo histórico-dialéctico, utilizando entrevistas semiestructuradas. Los resultados indican que la independencia económica y la necesidad de ayudar a la familia son las principales motivaciones, mientras que la reducción de la jornada laboral y una remuneración justa son criterios fundamentales para elegir trabajo.

**Palabra clave:** Jóvenes negros; Trabajo; Raza y clase.

### CRITERIA, MOTIVATIONS AND IMPORTANCE OF WORK FOR YOUNG BLACK HIGH SCHOOL STUDENTS IN SÃO JOÃO DE MERITI/RJ

### Abstract

The aim of this text is to identify the importance of work and the criteria and motivations that young black people, graduating from public high schools, establish for entering the workplace. This is empirical research in progress, with a qualitative approach, based on the method of historical-dialectical materialism, using semi-structured interviews. The results indicate that financial independence and the need to help the family are the main motivations, while reduced working hours and fair pay are fundamental criteria for choosing work.

**Keyword:** Black youth; Work; Race and class.

<sup>1</sup>Artigo recebido em 11/12/2024. Primeira Avaliação em 22/01/2025. Segunda Avaliação em 29/02/2025. Aprovado em 13/03/2025. Publicado em 09/04/2025. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v23i50.65704>

<sup>2</sup>Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação: Processos Formativos e Desigualdades Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP-UERJ) - Brasil.

E-mail: [cintialdmr@gmail.com](mailto:cintialdmr@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0440148840889509>.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-4959-0046>.

<sup>3</sup>Pós-doutor em Educação (Universidade de Lisboa) e Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH/UERJ). Professor Associado da Faculdade de Educação e do PPGEdu/UERJ e do PPFH na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Rio de Janeiro - Brasil.

E-mail: [profcarlossoares@gmail.com](mailto:profcarlossoares@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2894699059794517>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4519-5174>.

## Introdução

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho no contexto do capitalismo digital, aqui compreendido como forma de acumulação de capital no âmbito da globalização associada à informatização e a utilização de tecnologias digitais avançadas, têm sido problematizadas por uma vasta literatura atrelada ao pensamento histórico-crítico. Em geral, os estudos demarcam os efeitos do avanço das políticas neoliberais e da nova base produtiva nas condições objetivas e subjetivas das frações da classe trabalhadora, bem como as alterações provocadas pelas Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) na forma como as pessoas se relacionam, aprendem, constroem e partilham experiências (Abílio, 2017, 2019; Alves, 2009; Antunes, 2000, 2020).

As juventudes são quem mais sentem de forma imediata as implicações culturais e sociais do “novo” (velho) capitalismo (Boltanski; Chiapello, 2009), como a intensificação do individualismo e das incertezas somada ao aumento do desemprego e da informalidade. Sobretudo as juventudes negras<sup>4</sup>, conforme demonstram os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C) do segundo trimestre de 2024, no qual apontam que dos 7,6 milhões de desocupados no Brasil, a população preta representa 8,5% e a parda 7,8%, percentuais acima da média nacional em comparação à taxa de desocupação da população autodeclarada branca, que é de 5,5%.

Em se tratando das juventudes, a publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023) ressalta que entre os jovens de 15 a 29 anos do país, 10,9 milhões não estudavam nem estavam ocupados em 2022, o equivalente a 22,3%, dos quais 4,7 milhões (43,3%) eram mulheres negras e 2,7 milhões (24,3%) eram homens negros. Além de os jovens negros serem o grupo majoritário entre os que não estudavam e nem trabalhavam, eram também, em sua maioria, os que se encontravam em situação de pobreza ou de extrema pobreza (IBGE, 2023).

Embora as condições de precariedade não se restrinjam ao segmento juvenil, os dados apresentados mostram a necessidade de refletir sobre as diversas

---

<sup>4</sup> Juventudes negras no plural por compreender que apesar de pertencerem ao mesmo grupo étnico-racial, ainda assim possuem diversidades em termos de classe, localidade, deficiências, gênero, sexualidade, entre outros.

configurações do trabalho, tal qual a fragmentação e complexificação da classe trabalhadora em tempos de capitalismo digital. Entendemos que esta reflexão deve ser feita com uso da interseccionalidade como ferramenta analítica, a partir dos marcadores de raça, classe, gênero, idade, entre outras. Para Patrícia Hill Collins (2020), a interseccionalidade como ferramenta de análise propicia a compreensão dos impactos de um mesmo fenômeno em grupos distintos. “[...] grupos considerados inferiores nunca desfrutaram dos benefícios da cidadania plena e, conseqüentemente, têm menos a perder e mais a ganhar.” (Collins, 2020, p. 40). A autora parte do pressuposto de que “alguns grupos são especialmente vulneráveis às mudanças na economia global, enquanto outros se beneficiam desproporcionalmente delas” (Collins, 2020 p. 35).

Por essa perspectiva, além do aspecto etário e biológico, as intersecções de classe, gênero e raça produzem diferentes modos de experienciar a juventude por razões históricas, sociais e culturais; daí a impossibilidade de retratá-la como um conceito unívoco, jogando por terra o mito da juventude homogênea (Margulis; Urresti, 1996), o qual identifica todos os jovens a partir de um modelo único e como se houvesse na sociedade uma distribuição igual de oportunidades que permitisse a todos os jovens desfrutar a condição juvenil da mesma forma. Em relação especificamente às juventudes negras periféricas brasileiras, as violências psicológicas, sociais e físicas as quais estão mais expostas geram sequelas que impactam de forma negativa o processo de escolarização e reforçam, conseqüentemente, os desafios enfrentados no mundo do trabalho. Cabe lembrar que os jovens negros estão mais suscetíveis à violência letal que os jovens brancos, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019). O medo da morte prematura é um sentimento que assombra o segmento juvenil, principalmente os jovens negros e periféricos.

Ademais, racismo e pobreza contribuem para a restrição do campo de possibilidades do projeto de vida de jovens das camadas mais empobrecidas, que é agravada em tempos de tamanha incerteza e indeterminação na atual “sociedade da descartabilidade” (Harvey, 1994). Gerada pelo novo padrão flexível de produção – que resultou em relações de trabalho e contratos flexibilizados – na “sociedade da descartabilidade” não são apenas as mercadorias que são facilmente descartáveis, mas também os próprios trabalhadores. Ou melhor, “mais do que jogar os bens

produzidos, significa também ser capaz de atirar fora valores, estilo de vida, relacionamentos estáveis, apego a coisas, lugares, pessoas, modos adquiridos de agir e ser” (Harvey, 1994, p.258). Como assinala o autor, nessa nova ordem societária, as pessoas apresentam maiores dificuldades de realizar planos a longos prazos e de manterem o sentido firme de continuidade/permanência.

Desemprego e aprofundamento da precarização do trabalho geram significativas consequências, tanto na qualidade de vida quanto na subjetividade dos jovens, já que o discurso neoliberal transfere aos indivíduos a responsabilidade exclusiva do sucesso/fracasso no mercado. Diante do exposto, a questão que orienta a escrita deste texto é: quais os critérios e as motivações que os jovens negros concluintes do Ensino Médio de uma escola da rede estadual de São João de Meriti estabelecem para suas escolhas no mundo do trabalho?

O presente estudo prioriza os jovens negros do gênero masculino. Isto não significa deixar de reconhecer que as mulheres negras enfrentam dificuldades de múltiplas ordens, inclusive em relação à inserção no trabalho, que são vítimas de diversas formas de violência e que estão em posição de desvantagem social e econômica em muitos aspectos, conforme evidenciam os dados sobre a situação de desocupação e escolarização. O recorte no gênero masculino se justifica, sobretudo, por serem alvos preferenciais da violência letal. De acordo com o Atlas da Violência, publicado em 2023 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), os jovens negros correspondem a 77% das vítimas de violência e possuem 2,9 vezes mais chances de serem assassinados que os jovens brancos. Além de terem a maior probabilidade de perderem suas vidas, eles também são os que compõem 65% do sistema prisional brasileiro, segundo os dados publicados no relatório do Sistema Nacional de Informações Penais em 2024 (SENAPPEN, 2024).

A letalidade, portanto, é um dos elementos centrais para a compreensão do modo de ser/estar/viver dos jovens negros, pois são eles que convivem cotidianamente com a possibilidade de terem a vida interrompida, alimentada pelos estereótipos forjados no processo histórico que os associa a imagem de bandido, delinquente e contraventor.

A escolha de realizar um estudo com jovens moradores do município de São João de Meriti também não é aleatória. Localizado na Região da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, o município possui 12.521,64 habitantes por

quilômetro quadrado e é conhecido popularmente como “cidade dormitório” pelo fato de a maioria dos habitantes necessitar se deslocar para a capital em busca de trabalho. Em 2022, o salário médio mensal era de 1,7 salários-mínimos e a proporção da população ocupada era de 14,86% (IBGE, 2022). Afora isso, os jovens meritienses precisam lidar com as consequências da segregação socioespacial, visto que a distribuição de renda e a estrutura de emprego possui relativa relação com a distribuição regional de brancos e não brancos no Brasil (Gonzalez; Hasenbalg, 1982).

Os indicadores estatísticos possibilitam conhecer em dimensão ampliada o quão desafiador é a inserção dos jovens negros no mundo do trabalho e o tipo de trabalho que lhes é priorizado. Apesar da importância dos dados de natureza macro, faz-se necessário avançar para uma análise mais aproximada dos jovens a fim de perceber suas experiências e percepções sobre a inserção laboral, com atenção aos pontos de convergência e de não convergência que há entre eles. Embora sejam muitos os estudos que tratam da inserção dos jovens no mundo do trabalho, são poucos os que estabelecem o recorte racial e no gênero masculino. Mais reduzido ainda é o conjunto de pesquisas que aborda a interseção entre raça, juventude e classe social tendo o materialismo histórico-dialético como fundamentação teórico-metodológica.

A reflexão aqui tecida é um fragmento da pesquisa empírica, em andamento, de abordagem qualitativa, fundamentada no método do materialismo histórico-dialético, iniciada em 2022 no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação: processos formativos e desigualdades sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da referida instituição com parecer emitido na Plataforma Brasil sob o nº 7.026.708.

Quanto à produção de dados, o estudo fez uso de entrevistas semiestruturadas realizadas com 16 estudantes de uma escola da rede estadual, localizada no município de São João de Meriti. As entrevistas buscaram identificar as motivações dos jovens negros para inserção laboral, os critérios utilizados e suas perspectivas sobre o trabalho. A seleção dos voluntários contou com os seguintes critérios: ser estudante do 3º ano do Ensino Médio regular, ser negro, ser do gênero masculino, ter mais de 18 anos de idade e participar de forma voluntária à pesquisa

mediante à assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foram compreendidos como jovens negros aqueles que se autodeclararam pretos ou pardos, acompanhando a definição utilizada pelo IBGE. As narrativas dos jovens-estudantes são identificadas através de nomes fictícios de modo a garantir o anonimato dos participantes.

A escolha do método do materialismo histórico-dialético se deu por considerar que as pesquisas baseadas no método buscam captar a lógica interna de funcionamento do objeto investigado, identificando as múltiplas mediações que o determinam e suas contradições, de modo a ultrapassar a sua aparência, isto é, a forma fenomênica de como se mostra à primeira vista. Afinal, como afirmara Marx (2004), se a aparência das coisas se confundisse com sua essência, toda ciência seria supérflua. Nessa perspectiva, os participantes da pesquisa são aqui compreendidos como sujeitos históricos, pois são constituídos pelo conjunto de relações estabelecido no movimento histórico.

Afora as categorias próprias do método (contradição, mediação, totalidade e historicidade), raça é igualmente uma importante categoria de análise. Raça aqui compreendida não como um termo estático, mas que assume diversos significados ao longo da história e que é reforçada no processo de expansão da mercantilização e do capitalismo (Almeida, 2019). Por essa perspectiva, entendemos o racismo como uma ideologia política construída para justificar o controle e a dominação; utilizado como arma para manutenção dos privilégios da elite dominante branca (Moura, 1994).

Sendo assim, convém também refletir como no capitalismo as posições de inferioridade social dos jovens negros são reforçadas no mundo do trabalho. Considerando que as questões de raça e classe no Brasil são produtos do processo histórico e elementos estruturantes da formação social brasileira, entendemos que eles devem ser tratados de forma interseccional.

À luz dessas considerações iniciais, este texto se estrutura em duas partes. A primeira, discorre sobre os contextos de trabalho e violência por entender o trabalho enquanto dimensão ontológica, elemento central da transformação humana e aspecto essencial na construção do ser. Em seguida apresenta os índices de violência, por reconhecer que a vida é um direito fundamental, constitucional e inviolável. A segunda parte, analisa os dados da pesquisa, identificando a

importância do trabalho e os critérios e motivações que os jovens negros estabelecem para sua inserção laboral.

### **As múltiplas determinações do ser jovem negro**

Lélia Gonzalez (1982), ao tratar do lugar do negro na sociedade brasileira, sinaliza o espaço de subalternidade que este grupo étnico ocupa desde os tempos da colonização. Os resquícios de mais de 300 anos de escravização e desumanização ainda se fazem presentes no cotidiano social. Da Colônia à República, a elite econômica e política brasileira sempre encontrou meios para concretizar seu caráter desigual e racista.

Nascimento (2016) enfatiza o “paradigma da ausência” na historiografia que trata dos trabalhadores pobres, em que o componente raça/cor é invisibilizado na maioria das pesquisas, o que dificulta saber com profundidade a participação dos negros no processo de transformações sociais e econômicas do país, embora décadas de escravização. Nas reflexões sobre o mundo do trabalho, a contribuição dos negros trabalhadores é apagada e esta lacuna reforça a “ideia da incapacidade das pessoas escravizadas, que não lhes conferia o direito de serem chamadas de operárias, rótulo que até as crianças livres empregadas nas fábricas recebiam” (Nascimento, 2016, p. 607).

Apesar de ser pequena a participação dos trabalhadores negros nos setores industriais, o apagamento da presença dos negros na construção de classe trabalhadora é uma reverberação das políticas racistas estatais do último quartel do século XIX, com o objetivo de “europeizar” o Brasil. Por este motivo, a transição do trabalho escravizado para o trabalho livre assalariado não reverteu a maneira que o trabalhador negro era identificado; continuava a ser visto pela marca da escravidão (ex-escravizado), isto é, sem prestígio social e considerado desqualificado para as funções das atividades industriais sob o argumento e estereótipos de “insuficiência e baixo conhecimento técnico, indisciplina, ausência de espírito de poupança etc.” (Silva, 2013, p. 95).

Ainda na contemporaneidade, a elite brasileira, de origem escravista e patriarcal, tem mobilizado os mais variados mecanismos de ordem jurídica e econômica com o propósito de manter o exército de reserva de mão-de-obra barata

e conservar os vínculos precários de trabalho da população negra. As estratégias usadas para demarcar o lugar destinado à população negra vão desde em dificultar o acesso aos recursos essenciais para a garantia da existência até ao genocídio. “Pressionado pela polícia, de um lado, e pelas péssimas condições de vida, do outro, o negro oferece a sua força de trabalho por qualquer preço no mercado de trabalho” (Gonzalez; Hasenbalg, 1982, p. 16). Há, porém, outras estratégias mais sofisticadas e sutis. Vejamos.

A Síntese de Indicadores Sociais (SIS) de 2023 (referente ao ano de 2022) indica que a população negra liderou o percentual de pessoas ocupadas no país (54,2%), ao passo que o índice da população autodeclarada branca era de 44,7%. No entanto, a segmentação das ocupações revela a estrutura de discriminação no mundo do trabalho, pois embora tenham sido os mais ocupados, pretos e pardos possuíam os menores rendimentos salariais. Em contrapartida, era maior o percentual da população branca em atividades em que os níveis de renda são mais altos (IBGE, 2023). Segundo o Dieese (2024), o rendimento médio dos negros é 40% inferior ao dos não negros (DIEESE, 2024). Isto porque

Os negros estão mais concentrados em ocupações com baixos rendimentos e estão mais suscetíveis à informalidade. A discriminação que sofrem dificulta a ascensão profissional desses trabalhadores e faz com que as diferenças de rendimento cresçam ao longo da vida das pessoas. Esses fatores, combinados, fazem com que os negros deixem de ganhar quase um milhão de reais ao longo da vida de trabalho, quando comparados com os não negros. (DIEESE, 2014, p. 11).

Com efeito, a ocupação de negros concentrados em determinados segmentos, como nos serviços domésticos (66,4%), construção civil (65,1%) e agropecuária (62%) (IBGE, 2023), mantém a conservação da divisão do trabalho do Brasil colonial escravocrata e a desvalorização histórica das atividades manuais. Os dados mostram que a segregação no mundo do trabalho não é um fato restrito ao tempo presente, mas adquire nova dinâmica com o avanço das políticas neoliberais, a complexificação do trabalho e da classe trabalhadora (Antunes, 2000).

As consequências produzidas pelo avanço global do neoliberalismo e da reestruturação produtiva têm sido bastante retratadas pela literatura do campo da Sociologia do Trabalho nos últimos 30 anos, entre as quais se destacam: ataque aos direitos, aumento do desemprego, superexploração e expropriação do trabalho,



redução dos postos de trabalhos formais, crescimento da informalidade, processos de trabalhos descentralizados e contratos flexibilizados, a exemplo da terceirização, do trabalho intermitente e dos trabalhos mediados por plataformas digitais, como é caso do teletrabalho e do fenômeno denominado uberização, que como afirma Ludmila Abílio (2017), não se trata da empresa Uber em si, mas de um novo modo de controle e gerenciamento do trabalho, onde a própria empresa serve de símbolo devido a sua enorme atuação no mundo. Nas palavras da autora, “a uberização refere-se a um novo estágio da exploração do trabalho, que traz mudanças qualitativas ao estatuto do trabalhador, à configuração das empresas, assim como às formas de controle, gerenciamento e expropriação do trabalho” (Abílio, 2017, s/p.), pois retira do trabalhador as garantias mínimas e mantém sua subordinação.

No movimento de exploração e precarização do trabalho empreendido pelo capital, a uberização se configura em um novo passo nas terceirizações, já que os riscos e custos não são mais transferidos para as empresas contratadas, mas sim para uma multidão de trabalhadores autônomos, engajados e disponíveis para o trabalho. Um modelo de trabalho, como bem chama atenção a autora, que fazendo uso do trabalho de seus “colaboradores *just-in-time*”, pode ocorrer por meio do trabalho plataformizado bem como em diversos ramos e setores da economia, como salão de beleza, hospitais, escolas, universidades, empresas, entre outros. Isto tudo fortalecido pela ideologia do empreendedorismo, o que leva o trabalhador a não mais se perceber como um trabalhador e sim como um empresário de si, sob a crença de ter maior liberdade, autonomia e autogerenciamento do seu trabalho.

No Brasil, os jovens são os que sentem de forma mais incisiva a atrofia do trabalho regularizado. Desde a década de 1990, com a implementação da agenda neoliberal, os jovens enfrentam enormes dificuldades para a inserção no mercado de trabalho formal, principalmente os de baixa escolaridade, o que acaba os empurrando para as ocupações por conta própria. Algo que pouco se alterou nas primeiras décadas do novo milênio e que se agravou após a crise sanitária da Covid-19, quando se verificou que dos 12,8 milhões de brasileiros desempregados no segundo trimestre de 2020, 7,3% eram jovens de 18 a 24 anos (IBGE, 2020). A taxa de informalidade também aumentou entre os jovens de 15 a 29 anos, de 43,2% no primeiro semestre de 2012 para 48% no primeiro trimestre de 2019. Dos que trabalhavam sem contribuir com o sistema previdenciário, a taxa subiu de 42% para

45% no mesmo período analisado (Olinto, 2020). Como ressaltam Antunes e Druck (2015, p.21) “a informalidade deixa de ser a exceção para tendencialmente tornar-se a regra, e a precarização passa a ser o centro da dinâmica do capitalismo flexível”.

As dificuldades de inserção profissional associadas a precariedade e degradação das condições de existência tornam uma parcela das juventudes da classe trabalhadora receptiva ao discurso de autonomia e liberdade apregoado pela ideologia empreendedora. Frente a essas condições materiais, os jovens se submetem a atividades laborais precarizadas como possibilidade de garantir condições básicas para viver. Costa (2024) ressalta que, em muitos casos, a saída do desemprego encontrada por um grupo de jovens tem sido o trabalho plataformizado, principalmente os trabalhos de entrega (*delivery*) por aplicativos, sem garantias mínimas de segurança e de direitos trabalhistas. O contexto da crise sanitária em 2020 serviu de janela de oportunidade para a plataformização do trabalho e, em 2022, motoristas e entregadores de aplicativos correspondiam a 1,7 milhão da população brasileira, dos quais 97% eram homens e 60% se autodeclararam como pretos ou pardos. Em relação à faixa etária, 39% dos entregadores e 18% dos motoristas tinham entre 20 e 29 anos de idade (Cebap, 2023). Além da autorresponsabilização do trabalhador em arcar com os meios necessários para a realização da atividade laboral, a exploração neste contexto torna-se mais sutil devido à dificuldade de mensuração das reais horas de trabalho a que esses indivíduos estão submetidos no uso das plataformas digitais (Antunes, 2020).

A não bastar a condição de precariedade em que se encontra boa parte dos jovens negros, cabe lembrar que a população negra, sobretudo os homens, são as principais vítimas de homicídio no país (IBGE, 2022). Essa triste realidade é resultado de um longo processo histórico, que desde o período colonial trata os corpos negros como mercadorias e submetidos as mais diversas formas de opressão e violência. Neste sentido, o quantitativo expressivo de jovens negros vítimas de violência no país está diretamente relacionado ao valor “descartável” da vida desses indivíduos na ordem social capitalista. O Estado, ao atuar para a manutenção do *status quo* de grupos hegemônicos, estabelece políticas que definem (mesmo que de forma implícita) “quem pode viver e quem deve morrer”

(Mbembe, 2018, p. 5) e, não por acaso, os escolhidos para “deixar morrer” são aqueles que de alguma forma ameaçam a conservação desta lógica social.

Todavia, apesar dos desafios apresentados neste texto, temos por pressuposto a possibilidade de escolhas por parte dos jovens, ainda que limitadas e determinadas por mediações de múltiplas naturezas. Sendo assim, quais as perspectivas dos jovens negros, concluintes do Ensino Médio, acerca da importância do trabalho? Quais os critérios e motivações estabelecidos para suas inserções laborais?

### **Motivações dos jovens negros para inserção laboral e suas perspectivas acerca da importância do trabalho**

Os 16 jovens participantes da pesquisa tinham idade entre 18 a 20 anos; dez trabalhavam enquanto cursavam o Ensino Médio e um já havia trabalhado anteriormente. Todos os dez tiveram sua primeira experiência laboral antes dos 18 anos de idade; nove estiveram inseridos em trabalhos informais que demandavam grande esforço físico e somente um não teve experiência laboral nos chamados trabalhos manuais e sim em uma clínica médica, na qualidade de Jovem Aprendiz. No momento da realização da entrevista, nove conciliavam trabalho e escola, cujas atividades exercidas eram: “preparador de entrega com a Zé Delivery”, “recepcionista de restaurante”, “panfletagem”, “vendedor porta a porta”, “entregador de quentinha”, “ajudante de costura”, “batedor de açaí em uma lanchonete” e dois atuavam como Jovem Aprendiz. As experiências laborais pregressas dos estudantes perpassam também por atividades como “ajudante de marcenaria”, “ajudante de mecânico”, “ajudante de obra” e “entregador no *IFood*”.

As narrativas dos jovens expõem que o trabalho informal e plataformizado tem sido a forma de inserção laboral encontrada pelos jovens periféricos, independentemente de seu nível de escolaridade, o que confirma os dados apresentados pelo Dieese (2024) de que 46% das mulheres negras e 45% dos homens negros estavam inseridos em trabalhos informais e desprotegidos das leis trabalhistas.

A maioria dos jovens (94%) informou que pretendia trabalhar após a conclusão do Ensino Médio. Apenas um estudante respondeu não ser esta a sua

intenção, pois está “querendo fazer uma faculdade para depois arranjar um emprego” (Iago, 2024). Para 60% dos jovens, a maior motivação para o início no trabalho é a conquista da “Independência financeira”, como se observa nos excertos abaixo.

Eu vou querer comprar uma roupa, vou querer sair e o meu pai e a minha mãe não vão poder ficar toda hora bancando. Entende? Eu tenho esse senso, eu tenho essa noção de que eu tenho que conseguir ter um meu, pelo menos (Bruno, 2024).

Pra ter minhas coisas, né? Pra poder conquistar as coisas que eu quero. Não pra manter, porque tem a ajuda da minha família, por enquanto, né? Mas também não quero depender deles pra sempre, certo? (Caio, 2024).

Ser sincero, eu trabalho hoje em dia mais pra comprar minhas coisinhas, comprar minhas roupinhas... Comprei meu telefone agora e tô pagando meu telefone. Mas, tipo assim, tirar o negócio de tudo ter que pedir minha mãe e meu pai. Já tava chato eu com 18 anos em casa pedir dinheiro da minha mãe pra cortar cabelo. É chato! Então, hoje em dia, eu falo que eu tô trabalhando pra comprar minhas coisas. Começando a comprar minhas coisas (Elias, 2024).

Eu não gosto de ficar pedindo dinheiro pra minha mãe, né? Eu não gosto de ficar pedindo dinheiro pra minha mãe. Eu gosto de ter meu dinheiro pra minhas coisas, pra ficar não ficar dependendo dos outros, da boa vontade dos outros (Fábio, 2024).

[...] desde criança eu nunca gostei de depender das pessoas, por mais que fosse minha mãe e meu pai, eu não gosto de ter que ficar ali pedindo. Pô, eu quero comprar um tênis, quero comprar alguma roupa, quero comprar alguma coisa, vou ter que ir lá pedir, entendeu? Então, tipo assim, eu sempre gostei de correr atrás do meu, ver o meu dinheiro, sabe? Esse dinheiro aqui é meu, eu posso fazer o que eu quiser. Eu posso guardar ele, eu posso gastar. Então tipo assim, o meu foco pra começar a trabalhar foi isso, entendeu? Comprar minhas coisas, guardar meu dinheiro, entendeu? (Jonas, 2024)

Nota-se que a motivação em trabalhar é justificada por não ter que depender da família e demonstra que um dos significados atribuídos ao trabalho pelos jovens é a busca por “autonomia”. Em se tratando de jovens negros, há ainda o estigma da “masculinidade” desenvolvida pela cultura patriarcal, em que a responsabilidade pelo suprimento de necessidades materiais advém prioritariamente da figura masculina (Hooks, 2022).

Por outro lado, a “independência financeira” desejada está muito associada à capacidade de consumo. Embora as “coisas/coisinhas” que os jovens manifestam em suas narrativas não sejam necessariamente itens básicos de sobrevivência, simbolicamente conferem a eles um certo *status* social na atual sociedade neoliberal, onde o ter é mais importante que o ser. Barbosa (2018) destaca que os jovens

são alvos fáceis da onda imagética e consumista, por sentirem em seu cotidiano a predominância do ter em detrimento do ser, a prevalência de que as pessoas valem pelos bens materiais que possuem (ou que ostentam ter) e não pelos seres humanos que são. Sobretudo, no acelerado ritmo da vida urbana, em que as pessoas estão sempre ocupadas e a forma prática de conhecer e identificar umas às outras é a mais rápida e direta: pela maneira como se vestem, pelos objetos simbólicos que exibem, pelo modo e tom com que falam e pelo seu jeito que se comportam (Barbosa, 2018, p. 289).

A aquisição de bens materiais funciona como um marcador da passagem de “dependência” para a “independência” dos jovens negros periféricos, já que “sua visibilidade social e seu poder de sedução são diretamente proporcionais ao seu poder de compra” (Sevcenko, 2001, p. 64), daí o apelo ao consumo de determinados símbolos (marcas de roupas, calçados, eletrônicos, ornamentos etc.) ser algo muito forte entre os jovens pesquisados, visto que se constitui em uma estratégia para que se sintam pertencentes, aceitos e incluídos num mundo de exclusões em que convivem sob os olhares de desconfiança dos quais são alvos.

“Ajudar a família” é outra motivação para o trabalho. A entrada precoce dos jovens das classes trabalhadoras no mercado de trabalho, sobretudo informal, decorre de outro comportamento comum entre os que se encontram em situação de pobreza: a necessidade de compartilhar as despesas familiares, principalmente depois que os jovens se tornam genitores. Como expõe um dos participantes da pesquisa, o que o levou a trabalhar antes de concluir a educação básica foi a necessidade de “ajudar minha família. Porque eu tenho um filho também [...] pra sustentar meu filho e suprir as necessidades que ele tem” (Kauan, 2024).

Para um grupo menor de jovens (13,4%), adquirir “experiência” é o principal motivo para trabalhar após a conclusão do Ensino Médio. Argumentam a importância de “cumprir os requisitos impostos pelo mercado de trabalho”, que exige

“qualificação” até mesmo daqueles que ainda não tiveram a experiência do primeiro emprego. Um discurso que tende a se tornar anacrônico diante das possibilidades de inserção laboral que se abrem aos jovens periféricos no tempo presente – o autoemprego baseado no trabalho manual, romantizado pela ideologia do empreendedorismo.

Ao serem questionados sobre a importância do trabalho, as respostas podem ser sintetizadas nas seguintes categorias: “Dinheiro”, “Desenvolvimento Pessoal” e “Ocupar a Mente”. É majoritária a associação entre trabalho e dinheiro e é possível perceber o significado que o trabalho adquire no modo de produção capitalista.

Ninguém gosta de trabalhar hoje em dia, né? Porque o trabalho é meio ruim, né? Meio não, bastante. A gente sempre tem que tentar a maior maneira de não trabalhar tanto. Cada vez trabalhar menos, até não trabalhar mais (Caio, 2024)

Eu acho que o trabalho é castigo. A gente trabalha porque a gente precisa de dinheiro, e sem dinheiro você não vive porque a gente vive num mundo capitalista pra cacete. Então, acho que trabalho é literalmente castigo (Paulo, 2024).

A relação trabalho-castigo literalmente exposta na narrativa de um dos jovens recupera o significado conferido ao trabalho alienado, forma que o trabalho adquire no modo de produção capitalista. Marx destaca que, como o trabalho alienado não representa a satisfação de uma necessidade, mas somente um meio para satisfazer as necessidades de outrem, o trabalhador “tão logo deixe de existir uma coação física ou de qualquer natureza, ele foge do trabalho como de uma peste. O trabalho externo, o trabalho em que o homem se aliena é um trabalho de auto sacrifício, de mortificação” (Marx, 2004, p.83). Este é o significado expresso no depoimento de um dos jovens, ao afirmar que “a gente sempre tem que tentar a maior maneira de não trabalhar tanto. Cada vez trabalhar menos, até não trabalhar mais” (Caio, 2024), além de indicar, consciente ou inconscientemente, a recusa da alienação por parte do trabalhador.

As reflexões acerca do trabalho-castigo manifestam também as condições de trabalho na atualidade. Tendo em vista que os jovens negros periféricos estão mais expostos ao contato com atividades laborais precarizadas, é compreensível que as narrativas expressem a insatisfação decorrente da alienação de maneira mais

intensa, pois vivenciam de forma mais direta a superexploração e a ausência de direitos. Ricardo Antunes e Giovanni Alves (2004, p. 348) salientam que

A alienação/estranhamento é ainda mais intensa nos estratos precarizados da força humana de trabalho, que vivenciam as condições mais desprovidas de direitos e em condições de instabilidade cotidiana, dada pelo trabalho part-time, temporário e precarizado. Sob a condição da precarização, o estranhamento assume a forma ainda mais intensificada e mesmo brutalizada, pautada pela perda (quase) completa da dimensão de humanidade. Nos estratos mais penalizados pela precarização/exclusão do trabalho, o estranhamento e o fetichismo capitalista são diretamente mais desumanizadores e bárbaros em suas formas de vigência (Antunes; Alves, 2004, p. 348).

Desta forma, a conotação negativa que o trabalho adquire nas narrativas de alguns jovens demonstra o modo como eles sentem/percebem/vivenciam/resistem a precarização do trabalho aos quais estão mais expostos e que se materializa nas longas jornadas de trabalho, na baixa remuneração, no salário não condizente com a função ocupada ou com as horas trabalhadas, na falta de segurança do/no trabalho, na impossibilidade de fazer planos a longo prazo, entre outras formas.

Por outro lado, alguns jovens entendem a importância do trabalho como meio de promover o “Desenvolvimento Pessoal”, resgatando a possibilidade de conceber o trabalho em uma dimensão transformadora, inclusive de si.

Eu acho que o trabalho edifica a pessoa, né? O trabalho vai te edificar como pessoa. Te edifica como pessoa, sabe? Você pode ter tudo, mas eu acho que o trabalho ele vai te tornar uma pessoa diferente, sabe? Você vai ver o valor do teu dinheiro, vai ver o valor do teu aprendizado que você aprendeu ali, a convivência com as pessoas, então na minha opinião, foi o trabalho que me tirou de ser um menino pra virar um homem agora, entendeu? Porque não é a mesma coisa você viver na vida de trabalho e a vida de estudante. Eu vi as coisas mudarem muito rápido, entendeu, na minha vida desde dos meus 14 (Jonas, 2024).

Eu acho que é importante porque eu não dava valor a muita coisa que minha mãe dava valor. Eu só fui começar a dar valor depois que eu vi que trabalhar, você ter seu dinheiro suado é muito difícil. [...] Eu falo que não dei valor a muita coisa que minha mãe falava pra mim e comecei a dar valor agora. Então eu acho que sim, todo mundo deveria ter o mínimo de trabalho (Bruno, 2024).

O depoimento de Jonas (2024) revela a importância pessoal e social do trabalho para a classe trabalhadora e o quanto ele é utilizado por jovens negros

como meio de se proteger das violências cotidianas, principalmente do aparato policial-repressivo do Estado. Apresentar a Carteira de Trabalho e se identificar como trabalhador são mecanismos acionados pelos jovens para que a polícia não os trate como criminosos. Jovens negros são considerados “elementos suspeitos” e alvos constantes de abordagens policiais, que em alguns casos são efetuadas com uso da violência física e podem culminar na morte dos jovens abordados.

O estudo realizado pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), em 2022, revela que as pessoas negras são as mais abordadas pela Polícia Militar do Rio de Janeiro, sendo a maioria homem e moradores das regiões periféricas da cidade (Ramos et al., 2022a). Em 2021, 87,3% das pessoas mortas pela polícia do Rio de Janeiro eram negras (Ramos et al., 2022b).

A narrativa do jovem expõe ainda a naturalização do desrespeito ao direito da criança e do adolescente através da inserção precoce no mundo do trabalho. A transição de “menino” para “homem” pela via do trabalho continua a ser a realidade de muitos meninos negros no Brasil. Não se pode esquecer que 63,8% da população de 5 a 17 anos que estão em situação de trabalho infantil são do gênero masculino e que 65,2% são negros (IBGE, 2024). Os meninos negros representam o maior contingente de trabalhadores infantis que realizam as Piores Formas de Trabalho Infantil, segundo a Lista TIP, organizada pela Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (IBGE, 2024).

Em um outro ângulo, a importância do trabalho também consiste em “Ocupar a Mente”, como demonstrado no depoimento de um dos participantes da pesquisa,

O jovem, ainda mais hoje em dia do jeito que as coisas estão sendo na redondeza, acho muito importante o jovem da minha idade de 18, 19 anos tá trabalhando porque acaba ocupando a mente. Tipo assim, acaba ocupando a mente e ao invés de estar na rua, fazendo besteira, essas coisas, tá trabalhando. Você tá com a mente focada ali, então acaba prendendo um pouco do jovem, né? Então acho que o trabalho é importante’ (Elias, 2024).

Como se verifica, ainda é forte entre os jovens a compreensão do trabalho como meio corretivo e como forma de afastá-los de comportamentos considerados “desviantes”. Ademais, a fala mostra que a reprodução estigmatizada dos jovens negros – criada e reforçada pela branquitude que “precisa sempre projetar ‘para fora’, em grupos considerados ‘minoritários’ e periféricos, a raiva e o ressentimento



sociais” (Bento, 2022, p. 33) – ainda é utilizada como um instrumento para legitimar a violência sofrida por eles. Não é por acaso que o jovem Elias (2024) considera o trabalho como uma espécie de solução para aqueles que estão “na rua, fazendo besteiras”.

Frantz Fanon (2008) retrata como o “complexo de inferioridade” afeta subjetividades das pessoas negras. Ainda que se dedique a fazer uma análise psicológica sobre os efeitos da colonização nos comportamentos dos negros martinicanos, o autor ressalta que os processos que desenvolvem o sentimento de inferioridade desses sujeitos não são apenas aspectos individuais, mas sim construídos no âmbito econômico e social. Segundo Fanon (2008, p. 28), “só há complexo de inferioridade após um duplo processo: inicialmente econômico; em seguida pela interiorização, ou melhor, pela epidermização dessa inferioridade”. Ou seja, uma afetação de fora para dentro.

Neste sentido, a internalização da inferioridade nos jovens negros como consequência do estigma reproduzido socialmente provoca, em muitos casos, a aceitação e a conformação frente as oportunidades de trabalhos precarizados oferecidas, que, para fugir do estereótipo de “marginal”, se submetem a condições de trabalhos fragilizadas que impactam sua integridade física e mental.

### **Jovens negros e os critérios utilizados para escolhas no mundo do trabalho**

A pesquisa buscou perceber os critérios que os jovens elegem para a escolha de um trabalho. Em síntese, indicam ser a “Carga Horária Reduzida”, “Remuneração Justa” e a “Distância”, com prevalência do primeiro critério, como se observa nas narrativas a seguir.

Um salário justo, óbvio, e um trabalho que não seja muito exaustivo, por exemplo. Que eu preferia até trabalhar com um salário mais razoável que ter que me matar a semana toda pra pegar aquele salário e quando eu for ver eu tô com aquele dinheiro, mas eu não tô nem gastando porque não tenho nem tempo pra gastar, não tenho nem tempo pra fazer nada, entendeu? (Jonas, 2024).

Pela carga horária e pela remuneração. Perto da minha casa tinha uma padaria que ela dava, acho que era R\$ 1.200,00, um negócio assim, todo final do mês. Só que assim, o horário era absurdo. Era como se fosse uma coisa explorativa pra pouco dinheiro. Tipo assim, tu pegava, vamos supor, de 13h da tarde e só saía às 22h, 23h da

noite. Então, tipo, não eram 8 horas de trabalho certo, era muito mais para pouco dinheiro na sua diária. Eu parei, vi direitinho, vi quanto ia sair, então pra mim não ia valer a pena, porque eu ia me matar muito pra literalmente ganhar pouco (Luís, 2024).

As narrativas dos jovens expressam a superexploração típica da especificidade histórica brasileira de capitalismo dependente e que leva o trabalhador a exaustão. Todavia, a reação discursiva ao trabalho alienado se faz mais uma vez presente, já que na concepção dos jovens a carga horária de trabalho não pode colidir com o seu bem-estar, traduzido como “se matar” de trabalhar. Não é esta, porém, a configuração de mercado de trabalho que os espera, dado o avanço da flexibilização, da terceirização e a redução dos direitos trabalhistas após a reforma trabalhista no país (Lei n. 13.467/2017).

“Carga Horária Reduzida” e “Remuneração Justa” podem ser traduzidas como reivindicações por direitos trabalhistas que se estendem à reivindicação de outros direitos, como passagem (transporte), horário de almoço (alimentação) e folga (descanso, lazer). Estes são outros critérios estabelecidos por um dos participantes da pesquisa para a escolha do trabalho, ou seja, “que paga a passagem, que é o principal, que tenha horário de almoço e folga boa” (Otávio, 2024).

A “Distância” é igualmente apontada como um critério importante para escolha de trabalho e indica que as questões próprias das áreas urbanas, a exemplo da mobilidade, são percebidas e sentidas pelos jovens.

Um emprego, não longe de casa, né? Porque quando tu consegue um emprego, tem sempre que pegar metrô, ônibus, essas coisas todas, né? Aí acaba ficando cansativo pra mim (Caio, 2024).

Eu sempre observo a localidade, acho que também a parte financeira, né? E o horário, porque eu moro num lugar considerado área de risco, então o horário é muito importante, principalmente o horário (Mário, 2024).

A “Distância” como critério também expõe as implicações da desigualdade socioespacial e da segregação urbana no desgaste físico e mental da classe trabalhadora, seja em razão do tempo dispensado para o deslocamento entre casa e trabalho, seja em decorrência dos problemas gerados pela precária segurança pública, determinando, em certa medida, onde e em que turno os jovens periféricos e moradores de favelas podem trabalhar.

Outro aspecto a ser destacado é a escolha por um “Trabalho Isolado”, sem contato social. Embora tenha sido mencionado apenas por dois participantes, revela a dificuldade das relações sociais em um contexto em que o individualismo é um valor superdimensionado. Para um dos jovens, o critério de escolha é um trabalho que

Não envolve ter que lidar com outras pessoas. É muito estressante, às vezes, as pessoas parecem que não sabem se controlar, ou se deixam levar... Sei lá, eu me importo muito com o tratamento do próximo comigo. Aí, tipo, acho que essa parada me atrapalharia muito, se fosse pra viver assim, tipo, o resto da minha vida (Kauan, 2024).

Apesar da menção ao “trabalho isolado” aparecer como uma questão de característica pessoal, não se pode deixar de registrar que, por conta do racismo, para os jovens negros muitas vezes o ambiente social pode ser hostil. A escolha por um trabalho que “não envolve ter que lidar com outras pessoas” pode ser interpretada como uma tentativa de se preservar de julgamentos sociais. Por outro lado, pode estar atrelada à cultura do individualismo exacerbado que na nova racionalidade neoliberal – em muitos casos – tem incidido em doenças psicológicas e na dificuldade de os jovens se relacionarem com os seus demais.

## **Considerações finais**

As narrativas dos jovens suscitam importantes reflexões sobre o sentido e o significado do trabalho para uma parcela das juventudes brasileiras. Todavia, a amostra restrita a 16 participantes demarca as limitações do presente estudo e impede grandes generalizações em relação aos jovens negros no Brasil. Afirmar isso não significa negar o caráter científico das pesquisas no campo das Ciências Humanas, mas reconhecer o caráter aproximativo e provisório de todo o conhecimento científico, bem como a impossibilidade de uma pretensa universalidade.

Se na concepção dos jovens participantes da pesquisa a busca por independência financeira e a necessidade de ajudar a família são as principais motivações para inserção no trabalho, a carga horária reduzida e a remuneração justa são critérios considerados fundamentais para a escolha de um trabalho. As

narrativas dos jovens revelam que o trabalho formal ainda é reivindicado pela classe trabalhadora, negando a ideologia neoliberal e empreendedora, contrapondo-se ao que vem se configurando como resposta ao desemprego juvenil – a informalidade e o autoemprego – ambos sob a alcunha de empreendedorismo, onde o indivíduo é visto como uma empresa, “empreendedores de si” (Dardot; Laval, 2016). Implícita ou explicitamente, os jovens não só tecem críticas às condições precarizadas de trabalhos decorrentes da reestruturação produtiva e do avanço do neoliberalismo, como também expõem o quanto a violência cotidiana e a segregação socioespacial constituem-se em barreiras significativas para a inserção dos jovens negros no trabalho.

Contudo, é preciso avançar em estudos que mostrem como as influências das particularidades regionais do país podem afetar nas escolhas e motivações dos jovens negros brasileiros. O levantamento e a discussão apresentados neste texto são apenas um indicativo para ampliação do debate acadêmico sobre raça, juventudes e sua inserção no mundo do trabalho; algo essencial para construção de políticas públicas e para o fortalecimento dos movimentos que lutam contra desigualdade social e o racismo que produz a morte prematura da população negra.

## Referências

ABILIO, Ludmila Costhek. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, vol 18, nº 3, novembro de 2019. Disponível em: [https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0718-69242019000300041](https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-69242019000300041). Acesso em 25 de novembro de 2024.

ABILIO, Ludmila Costhek. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. **Blog Boitempo**, 2017. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>. Acesso em 15 de setembro de 2024.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, Giovanni. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial. **Revista Katálysis**. Florianópolis v. 12 n. 2 p. 188-197 jul./dez. 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rk/a/6x94zJ3FLh3hcbzh3BNHHNf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 10 de fevereiro de 2025.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. Capítulo II: La Ciudadania Negada. **Políticas de Exclusión en la Educación y el Trabajo: CLACSO**, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101010021549/3antunes.pdf>. Acesso em: 23 de março de 2024.

ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 87, maio/ago, 2004, p. 335-351. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 10 de fevereiro de 2025.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **O Social em Questão** - Ano XVIII - nº 34, 2015, p. 19-40. Disponível em: <https://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=427&sid=48>. Acesso em: 10 de fev. 2025.

BARBOSA, Carlos Soares. Juventudes e produção de subjetividades no contexto de acumulação flexível do capital. **Interfaces da Educação**, v.9, n.27, p. 274-293, 2018.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. Companhia das letras, 2022.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

CEBRAP, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Mobilidade urbana e logística de entregas: um panorama sobre o trabalho de motoristas e entregadores com aplicativos. 1. ed. - São Paulo: **Centro Brasileiro de Análise e Planejamento Cebrap**, 2023. Disponível em: <https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2023/05/Amobitec12mai2023.pdf>. Acesso em 24 de novembro de 2023.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira. **Atlas da violência 2023**. Brasília: Ipea; FBSP, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/12614>. Acesso em 10 de dezembro de 2024.

COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade**. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.

COSTA, Vinicius Lisboa. **Aparência e essência nas relações de trabalho entre entregadores, a plataforma Ifood e seus operadores logísticos na Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro**. 2024. 190f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) - UERJ, Rio de Janeiro.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Boletim Especial 20 de novembro de 2024**: Dia da Consciência Negra. São Paulo, SP, 2024. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/conscienciaNegra.html>. Acesso em 10 de dezembro de 2024.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Infográfico de divulgação sobre a violência contra negros e negras no Brasil**. São Paulo, 2019. Disponível em: [https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/11/infografico-consistencia-negra-2019-FINAL\\_site.pdf](https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/11/infografico-consistencia-negra-2019-FINAL_site.pdf). Acesso em 20 de julho de 2023.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 4 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

HOOKS, bell. **A gente é da hora**: homens negros e masculinidade. São Paulo: Elefante, 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Agência IBGE Notícias**. PNAD Educação 2019: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não complementaram o ensino médio. 15 julho de 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio> . Acesso em 26 de abril de 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Agência IBGE Notícias**, Editoria de Estatísticas Sociais, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38542-um-em-cada-cinco-brasileiros-com-15-a-29-anos-nao-estudava-e-nem-estava-ocupado-em-2022>. Acesso em 10 de novembro de 2024.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo brasileiro de 2022**. Panorama de São João de Meriti, RJ, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-joao-de-meriti/panorama>. Acesso em 20 de julho de 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. IBGE, 2. Ed, n. 48. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101972>. Acesso em 10 de novembro de 2024.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Segundo Trimestre de 2024 Contínua. **Indicadores IBGE, 2024.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9171-pesquisa-nacional-por-a-mostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=downloads>. Acesso em 10 de novembro de 2024.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira: 2023. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 53, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=38475&t=publicacoes>. Acesso em 10 de novembro de 2024.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Trabalho de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade 2023.** IBGE, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102125\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102125_informativo.pdf). Acesso em 10 de novembro de 2024.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. **Juventude es más que una palabra:** ensaios sobre cultura e juventude. Buenos Aires: Biblos, 1996.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica:** biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideológica de dominação. **Revista Princípios**, São Paulo, n. 34, 1994, pág. 28-38. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/moura/1994/10/racismo.htm>. Acesso em 10 de novembro de 2024.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 29, no 59, p. 607-626, setembro-dezembro, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/vBTQbYFXtqwMXCHR6sfsN7Q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 10 de novembro de 2024.

OLINTO, Roberto. Economia Informal: Brasil 2012-2019. Um exercício lúdico especulativo. Parte II. **Fundação Getúlio Vargas, Blog do IBRE**, 12 de março de 2020. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/economia-informal-brasil-2012-2019-um-exercicio-ludico-o-especulativo-parte-ii>. Acesso em 20 de abril de 2022.

RAMOS, Silvia. et al. Negro trauma: racismo e abordagem policial no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: **Rede de Observatórios da Segurança/CESeC**, 2022a. Disponível em: <https://cesecseguranca.com.br/livro/negro-trauma-racismo-e-abordagem-policial-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em 10 de novembro de 2024.

RAMOS, Silvia. et al. Pele alvo: a cor que a polícia apaga. Rio de Janeiro: **Rede de Observatórios da Segurança/CESeC**, 2022b. Disponível em: <https://cesecseguranca.com.br/livro/pele-alvo-a-cor-que-a-policia-apaga/>. Acesso em 10 de novembro de 2024.

SENAPPEN. **Relatório de Informações Penais**, 16º ciclo SISDEPEN– RELIPEN 1º semestre 2024. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relipen/relipen-1-semestre-de-2024.pdf>. Acesso em 10 de novembro de 2024.

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI**: no loop da montanha-russa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, René Marc da Costa. História dos trabalhadores negros no Brasil e desigualdade racial. **Universitas Jus**, v24 nº 3, 2013. Disponível em: <https://www.uhumanas.uniceub.br/jus/article/viewFile/2542/2123>. Acesso em 10 de novembro de 2024.